

# EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Modificando atitudes e comportamentos

31 DE OUTUBRO DE 2023  
FORTALEZA - CEARÁ

#1

JOÃO FILHO TAVARES

Samuel, 12,  
autista, sonha em  
ser astronauta e  
já ganhou até um  
telescópio da mãe

## A ARTE DE ENXERGAR O LADO BOM DA VIDA

COMO A FAMÍLIA E A SOCIEDADE DEVEM ENCARAR AS CONDIÇÕES DE JOVENS ENTRE 11 E 14 COM DEFICIÊNCIA PARA QUE ELES SIGAM SEUS SONHOS

## EXPEDIENTE

### FUNDAÇÃO DEMÓCRITO ROCHA

Presidência: LUCIANA DUMMAR |  
Direção Administrativo-Financeira: ANDRÉ  
AVELINO DE AZEVEDO | Gerência-  
Geral: MARCOS TARDIN | Gerência de  
Criação de Projetos: RAYMUNDO NETTO  
| Gerência Educacional: DEGLAUCY  
JORGE | Gerência de Audiovisual:  
CHICO MARINHO | Gerência Editorial:  
LIA LEITE | Gerência de Marketing &  
Design: ANDREA ARAUJO | Análise de  
Projetos e Contas: AURELINO FREITAS,  
FABRÍCIA GÓIS e NARCEZ BESSA

### PROJETO EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Concepção e Coordenação Geral:  
VALÉRIA XAVIER | Curadoria de  
Conteúdo: ANDRÉIA VIEIRA | Editora-  
executiva: PAULA LIMA | Design:  
NATASHA ELLEN | Textos: ANA RUTE  
TAMARES, CRISTINA BRITO, DANIEL  
OITICICA E LETÍCIA DO VALE | Estratégia  
e Relacionamento: ADRYANA JOCA  
e DAYVISON ÁLVARES | Análise de  
Projetos: DAMARIS MAGALHÃES

### REALIZAÇÃO



### PATROCÍNIO



## Ensino Fundamental II

O projeto “Educação Inclusiva: Modificando atitudes e comportamentos” tem como principal característica a produção e veiculação de conteúdos de fácil assimilação sobre o papel da família, da escola e do poder público na inclusão de pessoas com deficiência (PcD) no âmbito do espaço de aprendizagem escolar. O artigo 227, parágrafo 1º, da Constituição Brasileira, diz que “é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.”

No cenário educacional brasileiro, a temática da educação inclusiva representa um conceito que luta por um ensino mais democrático, diversificado e enriquecedor, no qual todos os estudantes devem ser acolhidos. Assim, a educação inclusiva desempenha um papel importante, transformando a escola em um ambiente para a inclusão de todos, através da valorização de suas potencialidades.

Neste caderno olhamos para a inclusão de jovens do Ensino Fundamental II, entre 11 e 14 anos. Como primeiro caderno de uma série de quatro, ampliamos o entendimento sobre pessoas com deficiência e olhamos para as necessidades específicas dessa faixa etária. Esse é um convite para toda a sociedade olhar para as pessoas com deficiência com respeito, garantindo a elas o pleno desenvolvimento e o acesso a todos os recursos da sociedade.

# SUMÁRIO

**4** Afinal, você entende o que é deficiência?

**7** Aprender, crescer e viver

**9** Políticas Públicas para pessoas com deficiência no Ceará

**10** Entre a infância e a adolescência

**12** Escola: espaço de descoberta de potencialidades

## Acompanhe o projeto

Confira os programas na TV FDR

13/11  
Políticas públicas para pessoas com deficiência

14/11  
O papel da escola na inclusão de pessoas com deficiência

15/11  
O papel da família na inclusão de pessoas com deficiência

16/11  
O mercado de trabalho e inclusão de pessoas com deficiência

A programação da emissora é transmitida por sinal digital aberto (canal 48.1) e por sinal fechado (23 – Multiplay | NET 24 (SD) e 523 (HD) | 138 – Brisanet).

Assista também as lives no YouTube do O POVO e da FDR  
Dias 31/10, 8/11, 10/11 e 14/11, às 16 horas, ao vivo.

CONFIRA AS PÓXIMAS EDIÇÕES DOS CADERNOS EDUCAÇÃO INCLUSIVA

3.11 - Ensino Médio  
7.11 - Ensino Superior  
10.11 - Mercado de trabalho

fdr.org.br/  
educacaoinclusiva



Afinal, você entende o que é

# DE FICIÊNCIA?

Para garantir dignidade e qualidade de vida às pessoas com deficiência é necessário entender os aspectos sociais que envolvem essa vivência

TEXTO: Letícia do Vale  
EMAIL: leticiadovale@opovodigital.com

A missão da sociedade de definir o que é deficiência tem sido um processo complexo, longo e ainda não finalizado. Para além dos aspectos clínicos, os fatores sociais se mostraram igualmente significativos na vivência desse grupo. Confira os principais conceitos vigentes que abordam as questões das pessoas com deficiência (PcD):

## Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência

A Lei Nº 13.146, de 6 de julho de 2015, institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. De acordo com o Art. 2º da medida, "considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas".

Essas barreiras podem ser:

- > urbanísticas, em vias e espaços públicos e privados;
- > arquitetônicas, em edifícios públicos e privados;
- > tecnológicas, que dificultam ou impedem o acesso às tecnologias;
- > nos transportes;
- > na comunicação, dificultando ou impossibilitando a expressão ou o recebimento de informações;
- > atitudes que prejudiquem a participação social da pessoa com deficiência em igualdade com as demais pessoas.

Em 2012, foi criada a Lei Berenice Piana (Nº 12.764) e instituída a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (TEA). A medida inclui pessoas com TEA no grupo de PcDs, garantindo os mesmos direitos.

“NO CEARÁ SÃO CERCA DE 121 MIL PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, 1,33% DA POPULAÇÃO



## Porcentagens em relação ao número total de pessoas com deficiência\*

### FAIXA ETÁRIA

**6,8%**  
são pessoas entre 10 e 29 anos

### GÊNERO

**10,0%** são mulheres  
**7,7%** são homens

### RAÇA OU COR

**9,5%** são pessoas pretas  
**8,9%** são pessoas pardas  
**8,7%** são pessoas brancas

### QUANTIDADE DE DEFICIÊNCIAS

**5,5%**  
são pessoas com deficiência em um tipo de dificuldade

**3,4%**  
são pessoas com deficiência em dois ou mais tipos de dificuldades

As mulheres (40,6%) tinham maior incidência de deficiências múltiplas do que os homens (35,8%).

### TIPO DE DEFICIÊNCIA

**3,4%**  
são pessoas com dificuldade para andar ou subir degraus

**3,1%**  
são pessoas com dificuldade para enxergar, mesmo usando óculos ou lentes de contato

**2,6%**  
são pessoas com dificuldade para aprender, lembrar-se das coisas ou se concentrar

**2,3%**  
são pessoas com dificuldade para levantar uma garrafa com dois litros de água da cintura até a altura dos olhos

**1,4%**  
são pessoas com dificuldade para pegar objetos pequenos ou abrir e fechar recipientes

**1,2%**  
são pessoas com dificuldade para ouvir, mesmo usando aparelhos auditivos

**1,2%**  
são pessoas com dificuldade para realizar cuidados pessoais

**1,1%**  
são pessoas com dificuldade de se comunicar, compreender e ser compreendido

\*Dados da pnad contínua de 2022 realizada pelo ibge

### INTEGRASUS - CEARÁ

Os dados do IntegraSUS informam que o Estado apresenta cerca de 121 mil pessoas com deficiência cadastradas no sistema, 1,33% da população. Elas se dividem entre pessoas com uma deficiência (112.531) e pessoas com mais de uma deficiência (9.097).

Em Fortaleza, o grupo de PcDs corresponde a 1,1% dos cidadãos, registrando 29 mil pessoas. A maior proporção de indivíduos com deficiência em relação à população total é em Milhã (6,06%), no Sertão Central.

## Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua 2022

De acordo com a Pnad Contínua de 2022, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Brasil conta com 18,6 milhões de pessoas com deficiência, correspondendo a 8,9% da população nacional. É a primeira vez que o estudo traz indicadores sobre o grupo.

A pesquisa definiu como pessoa com deficiência o indivíduo, de 2 anos ou mais, que declarou ter muita dificuldade ou não conseguir de modo algum realizar atividades de acordo com os seguintes quesitos:

**enxergar;**  
**ouvir;**  
**andar ou subir degraus;**  
**funcionamento dos membros superiores;**  
**dificuldade para aprender, lembrar-se das coisas ou se concentrar (cognição);**  
**autocuidado;**  
**dificuldade de compreender e ser compreendido (comunicação).**

No Nordeste, são 5,8 milhões de pessoas com deficiência, representando 10,3% de PcDs em relação à população total do território. A proporção, acima da média nacional (8,9%), é a maior do País, enquanto as taxas das demais regiões estão na faixa dos 8%. O Sul, segundo lugar da lista, registra 8,8%.

Os estados nordestinos também apresentam números acima da média nacional. A porcentagem de PcDs em relação à população total no Ceará é de 10,9%, atrás somente de Sergipe (12,1%).

## O Modelo Social da Deficiência

Para esse Modelo, a definição de deficiência passa por uma construção social. Assim, o foco não deve ser as restrições provocadas pela lesão, mas as barreiras sociais que limitam a capacidade individual.

Essa ideia, em conjunto com aspectos médicos e biológicos, foi reconhecida pela Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, adotada pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 2006 e assinada pelo Brasil em 2007.

De acordo com o texto, a motivação da ONU para a adoção do conceito vem do reconhecimento de que a deficiência é um conceito em evolução, resultando da interação entre PcDs e as barreiras do ambiente.

No Brasil, o Decreto nº 11.063, de 2022, instituiu a avaliação biopsicossocial da deficiência, quando necessária, considerando:

-impedimentos nas funções e nas estruturas do corpo;  
-fatores socioambientais, psicológicos e pessoais;  
-limitação no desempenho de atividades;  
-restrição de participação.

## Quando a deficiência é oculta

Algumas deficiências não possuem apresentação física. É o caso da surdez, do TEA, do Lúpus, da esclerose múltipla, do Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) e das demais deficiências cognitivas, condições associadas à saúde mental e condições autoimunes e neurológicas.

Para que essas pessoas sejam identificadas e tenham os direitos garantidos, facilitando o uso de benefícios e políticas públicas, foi estabelecido como símbolo internacional do grupo o cordão de girassol.

Em 2023, a Lei nº 14.624 estabeleceu o cordão de fita com desenhos de girassol como símbolo nacional de identificação de pessoas com deficiências ocultas. O uso do símbolo é opcional, e a ausência dele não prejudica o exercício de garantias previstas em lei. A utilização do cordão também não dispensa a apresentação de documento comprobatório da deficiência, caso solicitado por atendente ou autoridade.

## Classificação das deficiências

**Deficiência auditiva:**  
perda de audição total ou significativa. Pode ser considerada leve, moderada, severa ou profunda.

**Deficiência visual:**  
ausência total ou parcial de visão em ambos os olhos, não podendo ser melhorada ou corrigida. Classificada em baixa visão; próximo à cegueira, quando ainda é possível distinguir luz e sombra; e cegueira.

**Deficiência física:**  
pode consistir na paraplegia, perda parcial das funções motoras de um só membro, superior ou inferior; paraplegia, perda das funções motoras dos membros inferiores; tetraplegia, perda total das funções motoras dos membros superiores e inferiores; hemiplegia, perda total das funções motoras de um lado do corpo, direito ou esquerdo; ostomia, quando a pessoa precisa ligar um órgão interno e externo por meio de intervenção cirúrgica para eliminar os dejetos do organismo; amputação; paralisia cerebral ou nanismo, quando o indivíduo apresenta uma altura muito menor do que a média da população.

**Deficiência intelectual:**  
transtorno iniciado no período do desenvolvimento que inclui déficits intelectuais (raciocínio, planejamento, solução de problemas, aprendizagem acadêmica, entre outros) e adaptativos. Varia de leve a profundo, com atenção para o QI inferior a 70.

**Deficiência psicossocial ou por saúde mental:**  
transtornos psiquiátricos estabilizados que causam limites e prejuízos nas funções mentais da pessoa, com sequelas permanentes.

**Deficiência múltipla:**  
presença de duas ou mais deficiências que comprometem o desenvolvimento global e a capacidade de adaptação.

Maria Helena abraça do filho Samuel, 12, que tem TEA: "é uma condição para o resto da vida"



Aprender, crescer,

# VIVER

Samuel Moraes está no sétimo ano do ensino fundamental. Ao lado dos pais, ele dribla os desafios do autismo e a família comemora os avanços de socialização e aprendizado

**TEXTO:** Cristina Brito  
**EMAIL:** cristinabrito@opovo.com.br

Desde que nasceu, até quase os 3 anos e meio de idade, o pequeno Samuel crescia sem saber que era autista. Seus pais, Maria Helena de Sousa, 42 anos, e Luis Carlos Santos Moraes, 54, no primeiro ano de vida do menino, não perceberam nada que o diferenciava de outras crianças da mesma idade. Depois de um ano, Helena começou a perceber alguns comportamentos diferentes e dificuldades de socialização. Ela conta que Samuel nunca gostou de sair para passeios e, quando saía para ir ao shopping ou à igreja, por exemplo, lugares muito movimentados, ele sempre dormia. Depois de um tempo, Helena descobriu que dormir era a maneira dele de se proteger por não gostar do ambiente.

Com 4 anos, Samuel foi diagnosticado com Transtorno do Espectro Autista (TEA), distúrbio do neurodesenvolvimento caracterizado por desenvolvimento atípico, manifestações comportamentais, déficits na comunicação e na interação social, padrões de comportamentos repetitivos e estereotipados.

“Quando eu descobri o diagnóstico de autismo, foi um susto, porque até então eu nunca tinha ouvido falar em autismo. A minha primeira reação foi chorar, porque eu não entendia, e aí eu decidi que eu precisava ajudá-lo. Então foi aí que a gente começou todo o processo de entender para ajudá-lo”, conta Helena.

Um mês após o diagnóstico de autismo, Helena conseguiu uma vaga pelo Sistema Único de Saúde (SUS) para Samuel fazer terapia ocupacional, na Associação Pestalozzi de Fortaleza.

“Lá eu fui descobrindo como me comportar, como ajudá-lo e foi uma escola. Eu costumo dizer que lá é a segunda família da gente, porque no primeiro momento eu achei que ia fazer um tratamento durante um tempo e que depois ia acabar. Mas lá eu descobri que não é um tratamento, que é uma condição, é para o resto da vida”, explica.

Com o auxílio de pessoas capacitadas, Helena foi entendendo as características do filho e aprendendo a lidar com elas: “A gente foi trabalhar as características dele, que era a questão de barulho, de bolas, de interagir com as pessoas”. Aos poucos, Helena

foi incluindo Samuel em ambientes com outras crianças para ajudar na socialização.

As atividades terapêuticas ajudaram muito no desenvolvimento do menino que tem o sonho de ser astronauta. Com 2 anos e meio Samuel começou a frequentar a escola. No começo, sempre ficava quietinho num canto sem muita interação com as outras crianças e com as professoras. Hoje em dia, já com 12 anos, a participação dele no ambiente escolar é muito diferente.

Samuel está no sétimo ano do Ensino Fundamental. O menino ainda não lê, mas a mãe garante que é super inteligente, comunicativo e curioso. “Ele pesquisa tudo, ele pergunta tudo”, afirma a mãe. Ela conta que, mesmo sem ler, a escola se adaptou para ensinar de uma maneira que ele consegue aprender.

Helena conta que mesmo sem a habilidade da leitura, as notas dele são super boas: “Ele não fica de recuperação e fica chateado quando não consegue atingir a nota boa”. Incluir as crianças com algum tipo de deficiência nas escolas é uma forma de garantir os direitos delas como cidadãs. Em outubro de 2023, Samuel fez a segunda prova da Olimpíada Brasileira de Matemática (OBMEP), na escola. Sobre a questão da leitura, Helena afirma que estão “batalhando”, para passar por essa fase.

Na escola, Samuel não necessita de um acompanhante, porque é uma criança totalmente independente: “Isso foi sendo

“  
**INCLUIR AS CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA NAS ESCOLAS É UMA FORMA DE GARANTIR O DIREITO DELAS COMO CIDADÃS**”

trabalhado com ele desde pequeno para que ele pudesse ter mais autonomia”, afirma a mãe. Helena conta que algumas coisas que ele não consegue fazer só, mas a maioria das atividades ele faz, como se organizar na escola.

No ambiente escolar, a mãe de Samuel explica que os professores não são totalmente adaptados para lidar com ele, ou com outras crianças com deficiência, mas existe uma compreensão maior. Como não tem tantas crianças naquele turno, então eles acabam dando um auxílio maior para ele.

Assim como acontecia quando era mais novo, Samuel

continua com seus momentos de diversão de forma mais isolada. O menino gosta mesmo é de brincar quietinho no seu canto. Suas brincadeiras preferidas são: montar brinquedos com peças, lego e desenhar. Jogos de tabuleiro e cartas também fazem parte da diversão. “Ele gosta de jogar banco imobiliário, ele se garante, joga baralho, dama, essas coisas. Ele gosta de brincar com essas brincadeiras mais quietas”, conta Helena.

Perguntado sobre qual matéria ele mais gostava na escola, Samuel não pensou muito e já disse: “Eu gosto muito de

Ciências e Geografia, eu entendo muito mais”. Ele reforça o sonho de ser astronauta quando crescer. “Eu gosto muito de ver coisas do espaço, eu tenho muitas curiosidades. Toda vez que aparece no jornal, dá vontade de ficar vendo. Gosto de ver muito coisas do espaço, minha mãe até me deu um telescópio e eu fico olhando às vezes as estrelas”, conta.

Apesar dos desafios que o autismo apresenta em sua vida diária, Samuel segue aprendendo e crescendo como criança, como pessoa e como cidadão, com o apoio da família, da escola e da sociedade.



## Políticas Públicas para pessoas com deficiência no Ceará

De acordo com o presidente da Comissão Especial de Defesa da Pessoa Autista, do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e presidente da comissão estadual de defesa da pessoa com deficiência da OAB-CE, Emerson Maia Damasceno, no Ceará existem diversas políticas públicas para esse público, seja na área educacional, da saúde, do transporte, do desporto, entre outros.

“Em Fortaleza, por exemplo, há a matrícula antecipada que já conta com mais de 12 mil alunos e alunas com deficiência. Além disso, existem cotas para Ensino Superior no âmbito federal. Na saúde, além da prioridade de atendimento, há políticas como a distribuição de órtese, prótese e meios auxiliares de locomoção (OPMs) como, por exemplo, cadeira de rodas, andadores, entre outros, que ajudam no direito de ir e vir”, afirma Emerson.

O passe livre municipal e intermunicipal é outro direito disponível para pessoas com deficiência. Na área fiscal, há isenção de tributos como Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) e Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS).

Emerson também cita algumas outras políticas públicas implantadas no Estado: “Direito ao lazer como, por exemplo, o projeto Praia Acessível que há em Fortaleza e outras cidades do Ceará. No âmbito cultural, Meia Entrada. Há também a Lei de Cotas em relação à empregabilidade e também a concursos públicos”.

Existem princípios garantidos na Constituição Federal que resguardam os direitos das pessoas com deficiência. “Além disso, é importante destacar que princípios constitucionais como o da não discriminação e ações afirmativas, são fundamentais para destacar que a sociedade não existe apenas para pessoas sem deficiência e sim para todas as pessoas”, afirma Emerson.

## Direitos das Pessoas com Deficiência

A Lei Brasileira de Inclusão (LBI) tem o propósito de assegurar a igualdade de oportunidades para pessoas com deficiência, evitando qualquer forma de discriminação. O Estado tem a responsabilidade de garantir a efetivação desses direitos, e é dever de toda a sociedade combater o capacitismo, que consiste no preconceito contra pessoas com deficiência.

No Ceará, é papel da Coordenadoria Especial de Políticas Públicas para as Pessoas com Deficiência, da Secretaria dos Direitos Humanos, articular, acompanhar e monitorar políticas públicas de garantia dos direitos para pessoas com deficiência, além de disseminar a cultura da acessibilidade, apoiar e participar de ações promovidas por instâncias representativas da sociedade civil.

## Carteira de Identificação da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (Ciptea)

**A Carteira de Identificação da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (Ciptea) é um documento que contém informações de reconhecimento da pessoa com Transtorno do Espectro Autista (TEA). A Ciptea pretende garantir a atenção integral, o pronto atendimento e a prioridade no atendimento e no acesso aos serviços públicos e privados, em especial nas áreas de saúde, educação e assistência social. O documento já existe em cidades como Fortaleza e Sobral.**

**A Ciptea pode ser feita em todas as 12 Secretarias Regionais de Fortaleza, gratuitamente e online, por meio de um formulário eletrônico disponibilizado no Canal Desenvolvimento Social ou, presencialmente, na Coordenadoria Especial de Pessoas com Deficiência, com agendamento por telefone, e nas 12 Regionais, por ordem de chegada.**

## Os desafios de se tornar

# ADOLESCENTE

Como contribuir para o desenvolvimento das pessoas com deficiência na transição da infância para a adolescência, fase desafiadora para todos

**TEXTO:** Ana Rute Ramires  
**EMAIL:** anarute@opovo.com.br

“Cada pessoa é um mundo”, ensinou a escritora e jornalista brasileira Clarice Lispector. A frase expressa muito bem como deve ser a postura da sociedade quando se fala em acolher pessoas com deficiências. Uma deficiência não define, por si só, um indivíduo. Faz parte de quem ele é.

Todos — com deficiência ou não — são compostos por diversas características que o individualizam. A descoberta e própria formação da identidade é latente durante a adolescência. E o período de transição entre a infância e essa fase da vida é cheio de desafios.

“Não é a deficiência que vai fazer diferença entre a infância e a adolescência. A situação do não envolvimento das pessoas com deficiência nas práticas sociais não é pela deficiência, mas pela sociedade”, explica Robéria Vieira Barreto Gomes, doutora em educação e coordenadora do Departamento de Estudos Especializados na Universidade Federal do Ceará (UFC).

Ela destaca que cada pessoa é “inédita”. A transição entre a infância e adolescência vai depender em grande medida do meio no qual ela está inserida. As relações sociais, a família, a comunidade, a escola vão definir como vai ser esse processo, na visão da pesquisadora.

“A pessoa com deficiência vai passar pelos mesmos processos. Claro que ela tem uma condição que limita em alguns aspectos. A sociedade vê a deficiência como o problema, mas nós não vemos assim”, demarca.

Na análise de Robéria, a escola e a família devem olhar as potencialidades da pessoa com deficiência: “O que deixa calma, o que instiga, o que a faz ficar desorientada, o que gosta”. A partir do momento em que isso é identificado, é possível construir estratégias para o processo de aprendizagem.

No âmbito familiar, os pais precisam conhecer quem é o seu filho e compreender o que é a deficiência e como é ser uma pessoa com deficiência.

“**EXPLORAR A PLURALIDADE É A MELHOR FORMA DE INCLUIR UM FILHO**”

Renata Pires, psicopedagoga e psicomotricista relacional, afirma que “explorar a pluralidade é a melhor forma de incluir um filho, para que ele possa perceber o que lhe sobra, o que lhe basta e o que lhe falta”. Ela corrobora com Robéria: “Isso, na verdade, é comum a todos”.

Na questão da sociedade, a psicopedagoga defende que é importante garantir a acessibilidade de fato. “Todo cidadão tem a obrigação de cobrar ambientes acessíveis para todos”.

Renata ressalta que essa fase de transição e da adolescência propriamente dita é um período de maior identificação com os pares, em que os referenciais da família passam a pesar um pouco menos e o referencial dos amigos passa a ser mais determinante.

Segundo ela, para pessoas com deficiência, existe uma marca da diferença que dificulta o processo. Mas, por outro lado, existem duas possibilidades. A primeira é encontrar o que há de comum.

“Na minha sala, posso ser o único cadeirante, mas não sou o único que está vivendo a adolescência, não sou o único que tá tendo espinha, não sou a única em que tá surgindo seio”. A outra via é pensar o que o grupo tem de plural. “Todos temos desafios e diferenças”, diz.

Renata aponta que a família precisa “trabalhar a si mesma”. “A melhor forma de cuidar do outro é se cuidar, não só em famílias com pessoas com deficiência. Ir para a terapia, se conhecer, entender como a dor do outro te atinge”, afirma a psicopedagoga.

“Passear por essa diversidade durante essa fase de transição da infância e adolescência é algo muito rico. Essa luta deve ser de todos, dos pais de crianças típicas. A possibilidade da criança aprender com as diferenças é um direito que ela tem”, defende.

Estudos recentes, como um do Instituto Alana, revelam os benefícios da inclusão também na educação de pessoas sem deficiência. A diversidade apresenta impactos positivos para todos.

Segundo Renata, certamente uma deficiência fez com que as pessoas desenvolvessem muito mais outras questões que são essenciais para o desenvolvimento infantil e da adolescência. “Aprender a lidar com as frustrações, administrar os impulsos, os desejos, conhecer as nossas forças, respeitar os limites”, acrescenta.

## Parceria familiar na rotina e nos desafios

Para Ana Luiza Sousa Gomes Melo, 39, a transição para a adolescência da filha Maria Clara, de 11 anos, com síndrome de Down, está sendo cheia de desafios. Ela é acompanhada pela Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (Apae) Ceará e frequenta aulas de natação, dança e capoeira.

“Gosta bastante de cantar e também é super extrovertida”, descreve a mãe sobre a filha do meio. Ela tem um irmão mais velho de 16 anos e uma irmã caçula de quatro anos. Maria Clara também gosta de frequentar a igreja. Durante a semana, os fins de tarde são o momento para fazer a caminhada com a família na praça.

“Com 10 anos ela já se tornou moça. No geral, é desafiador nos aspectos de tentar ter um bom diálogo com ela, no quesito de ela se abrir comigo. É complicado tentar abordar algumas coisas de uma maneira que ela entenda, mas ela é bem comunicativa comigo”, compartilha Ana Luiza.

Ela relata que é “frustrante” a forma em que algumas crianças interagem com a filha. “Na escola, às vezes, assim que chegava em casa ela ficava com um grande estresse ou chateada pois alguns colegas brigavam com ela. Infelizmente, é inevitável”, diz.

Aos poucos, algumas mudanças aparecem avisando que a adolescência está chegando. “Ela já começou a querer ter seus próprios penteados, suas próprias escolhas de roupa, as vezes coisas básicas que já são uma grande mudança no desenvolvimento dela”, indica.

A família tenta ajudar da melhor maneira possível. A mãe vai ao acompanhamento com ela, “faz seus gostos, seja alguma comida que ela gosta, algum estilo, lhe ouvindo”. O pai se divide, tentando dar prioridade aos passeios e à convivência em família. “A família em si é bastante unida e busca o melhor para ela”.

Como mãe de uma pessoa com síndrome de Down, ela fala o que acha que a comunidade deve fazer para auxiliar pessoas com deficiência nessa faixa etária. “Na minha opinião, é ser compreensível o máximo possível. Às vezes, pode surgir algum desentendimento de fala, podem demorar para entender alguma coisa, tem que ter paciência”, explica.

“Ter menos preconceitos, tentar entender antes de ter uma pré-ideia, mais inclusão para pessoas com qualquer tipo de deficiência e respeito acima de tudo”, ensina.



Ana Luiza e a filha Maria Clara, 11, que tem síndrome de down: grandes mudanças no desenvolvimento



# ES CO LA:

## espaço de descoberta de potencialidades

O papel da escola é essencial para garantir com políticas públicas a inclusão de crianças e adolescentes no sistema regular de ensino. O desafio é para todo o sistema educativo

Nossa legislação protege amplamente crianças e adolescentes com deficiência em relação à inclusão no sistema escolar. A Lei Brasileira de Inclusão, aprovada pelo Congresso Nacional em 2015, estabelece uma série de normas para garantir o acesso à educação, com importantes avanços como, por exemplo, a proibição da cobrança pelas escolas de valores adicionais pela implementação de recursos de acessibilidade.

O papel da escola passa a ser, portanto, essencial para garantir com políticas públicas a inclusão de crianças e adolescentes no sistema regular de ensino. "A realidade da inclusão nas escolas varia muito hoje. Não existe uma regra seguida por todas", afirma Felipe Ribeiro, mestre em Educação Inclusiva, que atende crianças e adolescentes com deficiência em escolas regulares e espaços de terapia. "O que eu percebo é que nas escolas existem aquelas que levam a inclusão mais a sério e realmente proporcionam ao aluno a oportunidade de participar de atividades e do dia a dia da escola de uma forma adaptada", ressalta.

Garantir uma convivência que favoreça a inclusão e a diversidade no ambiente escolar continua sendo um grande desafio. "Criar um ambiente de pertencimento, que as crianças possam expor suas potencialidades dentro da escola, e não apenas uma nota, é um dos objetivos que devem ser perseguidos. A gente conhece muitas crianças especiais com habilidades para a música, para o desenho. Temos o exemplo de um aluno com talento para a arte que teve a possibilidade de montar a sua própria exposição na escola. Isso é inclusão de verdade", ressalta Aryane Guerra, psicopedagoga clínica e mestre em Educação.

“

**É PRECISO ENTENDER  
QUE EXISTE UMA  
DIFERENÇA ENTRE  
INTEGRAR E INCLUIR**

### Na prática

Como a escola regular deve trabalhar para conseguir que pessoas com deficiência possam estar verdadeiramente incluídas, exercendo plenamente o seu direito à educação?

- O mais importante, em primeiro lugar, é conhecer o aluno, antes de qualquer transtorno ou deficiência que ele tiver. "É primordial que a gente conheça as suas potencialidades, dificuldades, sua história de vida. Este é o primeiro passo para a inclusão", afirma Aryane Guerra, psicopedagoga clínica e mestre em Educação.

- A criação de vínculos é outro passo importante para garantir a inclusão. "Com a criação de um vínculo de confiança, a gente começa a apresentar o mundo para toda criança que precisa estar e se sentir incluída. Nós apresentamos o mundo para eles e eles apresentam o seu mundo para a gente. Não se trata apenas de ensiná-la, mas também de aprender com ela", diz Aryane.

- Os estabelecimentos de ensino precisam entender que existe uma diferença entre integrar e incluir. "Não é só receber o aluno. Muitas vezes, durante as atividades, percebe-se que o aluno não é bem assistido. No caso do autismo, por exemplo, não existe o esforço para incluí-lo. Ele está integrado na turma, faz parte da escola como um aluno. Porém, na hora de realizar as atividades, ele não participa de forma ativa, sendo deixado de lado, com justificativas como 'ah, ele é assim mesmo', 'ah, ele não gosta'", explica Felipe.